



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002507-03.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Assessoria de Engenharia - ASSENGE

ASSUNTO: Contratação de empresa de engenharia para o fornecimento e instalação de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On-Grid – Formação de Registro de Preços.

DESPACHO Nº 573 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Assessoria de Engenharia - ASSENGE com o objetivo de eventual contratação de empresa de engenharia para executar serviços de fornecimento e instalação de Sistemas de Microgeração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede (tipo On-Grid) nos imóveis da Justiça Eleitoral do Estado de Rondônia, via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, no que diz respeito à alocação eficiente de recursos energéticos e a preservação do meio ambiente.

Após autorização administrativa para continuidade da tramitação do feito ([0981051](#)), houve o início da fase externa do certame com a publicação do Edital no DOU n. 53/2023 ([0989253](#)), ocasião em que a empresa KR BUSINESS KRIMATECH ([0991320](#)) apresentou pedido de esclarecimento culminando com a **suspensão do certame** ([0993873](#)).

Houve, também, impugnação ao edital pela empresa AGROMOTORES MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ([0993459](#)), não sendo conhecida pelo progoeiro em razão da suspensão da licitação, contudo recebida como informação e analisada, tendo em vista que seu teor poderia ser objeto de nova impugnação na ocasião da nova publicação do edital.

Analisados os questionamentos interpostos, juntou-se nova versão do Termo de Referência (TR n. 3/2023 - [0994595](#)) contendo as alterações referentes a habilitação técnica (item 11 do TR), bem como melhoria na redação a fim de evitar eventuais interposição de recursos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O Secretário da SAOFC remeteu o feito à SAC para análise das alterações efetuadas no novo Termo de Referência e, posteriormente, à AJSAOFC para emissão de parecer jurídico ([0994653](#)).

A SAC registrou que os critérios essenciais de regularidade já haviam sido analisados anteriormente nos termos do evento [0966466](#), extensiva a atual análise. Já no que diz respeito às alterações referente à qualificação técnica, objeto do pedido de esclarecimento e impugnação ao edital, apurou-se que todas atendem aos requisitos legais com o objetivo de melhorar a redação da seção 11 do TR, de forma que o **TERMO DE REFERÊNCIA** N°

3/2023 PRES/DG/SAOFC/ASSENGE (evento [0963763](#)) encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 ([0995155](#)).

De posse dos autos, a AJSAOFC baixou o feito em diligência para dilucidação dos pontos objeto de pedido de esclarecimento/impugnação, culminando com a **juntada de nova e última versão do TR (evento [1002730](#))**, contendo alteração pontual, mais precisamente em relação a potência mínima do Atestado e Acervo técnico quanto à parcela de maior relevância referente ao item Subestação.

Mediante o Parecer Jurídico n° 105/2023 ([1011307](#)), a AJSAOFC analisou individualmente todas as alterações incidentes no Termo de Referência, opinando ao final pela possibilidade de aprovação do Termo de Referência n. 5/2023 – ASSENGE ([0972706](#)) pela autoridade competente, para atendimento do inciso II do art. 14 do Decreto Federal n. 10.024/2019, pela formação de registro de preços, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, tipo menor preço para o único lote, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, com fundamento art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19, pela inaplicabilidade ao certame do regime de exclusividade na participação de ME/EPP's, e pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação.

A SAOFC manifestou-se ([1011392](#)), em síntese, pela: a) aprovação do novo TR ([1002730](#)); b) Pela republicação do Pregão n° 6 - ASLIC (atualmente suspenso), em decorrência das alterações das regras de qualificação técnica exigidas das licitantes; c) autorização de licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica, por “menor preço”, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário; d) utilização do Sistema de Registro de Preços, sem a divulgação da Intenção



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Registro de Preços; e) Inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's; f) aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, consoante item 7 e 7.2 do Termo de Referência ([0972706](#)); g) pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação, conforme disciplinado no [art. 15 do Decreto Federal nº 10.024/19](#).

Assim, vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente verifica-se do caderno processual que **já foram carreados aos autos todos os documentos de cunho obrigatório exigidos na fase de planejamento da pretensa contratação**, tais como Solicitação de Contratação ([0886760](#)), Estudo Técnico Preliminar para Obras, bens e serviços especiais ([0952478](#)), Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0952496](#)) e, **nesta ocasião, após a suspensão do certame, versão final do Termo de Referência (TR n. 5/2023-ASSENGE - [1002730](#))**, formatado após ajustes apontados em sede de pedido de esclarecimento, impugnação/informação ao edital e diligências da AJSAOFC, com detalhada especificação do objeto, justificativa, planejamento estratégico, critério de sustentabilidade ambiental, estimativa de preços, critérios de aceitação do objeto, obrigações das partes, pagamento, sanções administrativas e gestão e fiscalização do contrato.

Conforme relatado, a presente contratação, estimada em R\$ 5.940.844,18 (cinco milhões, novecentos e quarenta mil oitocentos e quarenta e quatro reais e dezoito centavos), **já foi analisada em momento anterior nesta Diretoria-Geral**, sendo exarada decisão administrativa para deflagração do certame, ocasião em que apurou-se a justificativa da contratação pleiteada, sua adequação a modalidade de licitação pretendida, a questão do agrupamento dos itens em lote único, inaplicabilidade do regime de exclusividade da participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte considerando que o valor estimado (**R\$ 5.940.844,18**) é superior ao estabelecido para o regime de exclusividade.

Contudo **em razão da necessidade de alterações no Edital**, mais precisamente na redação do Termo de Referência impulsionada por medidas interpostas pelas empresas licitantes, **os autos retornam a esta Diretoria-Geral** para análise e aprovação do novo Termo de Referência e publicação de Novo Edital, a fim de dar continuidade ao processamento do certame para contratação do objeto pretendido por esta Administração.

De antemão registra-se que **a tramitação do feito continuará seguindo o regime jurídico de licitações e contratos administrativos pretérito** (Lei n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/2002) tendo em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vista a disposição expressa na Medida Provisória n. 1.167/2023 que trouxe a possibilidade por licitar ou contratar pelo regime antigo desde que tenha sido feita esta opção até a data de 31/3/2023, e a publicação do Edital seja materializada até 31/12/2023.

No que diz respeito as alterações operacionalizadas no Termo de Referência, a fim de dar seguimento ao certame, quando submetidas ao crivo da Assessoria jurídica deste Tribunal, todas foram tidas como pertinentes, essenciais e adequadas nos termos dos regramentos que regem a matéria, a fim de viabilizar a continuidade do processamento do certame licitatório de forma regular, uma vez que se tratam de esclarecimentos técnicos.

De acordo com a tramitação dos autos, houve um primeiro **pedido de esclarecimento** protocolado pela empresa **KR BUSINESS - KRIMATECH (0991320)** acerca da questão envolvendo **vedação do somatório de atestados de capacidade técnica**, ocasião em que se detectou que no edital do pregão, realmente, houve apenas menção expressa a vedação quando se tratasse de pessoa jurídica, não havendo redação que tratasse da mesma vedação para pessoa física do engenheiro.

A AJSAOFC no tocante a questão do somatório dos atestados de capacidade técnica, trouxe informações acerca da jurisprudência permissiva do TCU no que diz respeito a capacidade técnica-operacional e profissional, anotando que tal medida só poderia ser imposta em caráter excepcional no edital, necessitando ser amparada por justificativa de ordem técnica e expressamente previstas no edital da licitação.

Após análise da questão, a unidade técnica informou haver erro na nomenclatura adotada no Termo de referência com o objetivo de vedar a somatória de Certidões de Acervos Técnicos – CAT, de modo que fixou nova redação no TR não permitindo o somatório de Atestados ou Certidões de Acervos Técnicos no que diz respeito a qualificação operacional e profissional.

Da leitura da nova redação dos itens **11.1.1, alínea "c" e 11.2.1, alínea "c" (TR 5/20223- 1002730)**, verifica-se, de fato, que unidade de engenharia ao incluir a vedação acima mencionada, cuidou de inserir as devidas justificativas técnicas para fundamentar a vedação, motivo pelo qual entende-se que, sob o aspecto formal, a exigência está em harmonia com a Lei n. 8.666/93 e a jurisprudência atual do TCU, sem qual a restrição seria irregular.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Da leitura do novo TR ([1002730](#)), verifica-se, também, que houve alteração nos quantitativos mínimos das potências em Kwp E KVA, agora estabelecidos no patamar mínimo de 261(duzentos e sessenta e um) Kwp (quilo watt pico) e 250 (duzentos e cinquenta) KVA, valores estes que correspondem exatamente a 50% (cinquenta por cento) do item de maior relevância técnica e financeira que integra o lote único, no caso, representado pela usina de Ariquemes, que tem capacidade total de 523 (quinhentos e vinte e três) kwp, nos termos da letra “d” do item 11.1 e “d” do item 11.2.

Outra ocorrência de destaque no certame diz respeito a impugnação impetrada pela empresa **AGROMOTORES MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA.** ([0993459](#)) acerca da exigência que a licitação fosse desmembrada de menor preço por lote para menor preço por item a fim de possibilitar a participação do maior número de licitantes.

Em razão da suspensão do certame, a impugnação foi recebida como informação pelo Pregoeiro, e da leitura de seu teor, verifica-se que a impugnante questiona o fato de que mesmo o serviço podendo ser executado de forma conjunta ou separadamente, há no edital exigência de atestado único para fornecimento e instalação de energia solar e fornecimento e instalação de subestação.

Como anotado no parecer da AJSAOFC, a unidade técnica/demandante de engenharia, optou, lastreada em vasta fundamentação, pela **unicidade dos serviços**, ou seja, pela **junção** dos serviços de implantação das usinas de micro geração de energia fotovoltaica e dos serviços de instalação dos postos de transformação elétrica.

Dessa forma, optou-se pela formação de **lote único** para a contratação de todos os sistemas de geração de energia solar fotovoltaica que serão instalados nas localidades descritas no **anexo III** (Evento [0952711](#)) do Termo de Referência, uma vez que a divisão do objeto poderia causar prejuízo ao conjunto ou complexo licitado, mediante as justificativas inseridas no item 4.3 do TR.

Analisados os pontos retrocitados, a nova versão do Termo de Referência sob análise encontra-se apta a produzir todos os efeitos jurídicos, podendo compor a minuta do Novo Edital do Pregão a ser divulgado contendo as alterações no referido anexo que o compõe.

Registra-se que na minuta do instrumento contratual, conforme anotado no parecer da AJSAOFC, não incidiram qualquer alterações resultantes das mudanças operacionalizadas no Termo de Referência/Edital do Pregão, de modo que já se encontra aprovado pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assessoria Jurídica, não havendo retoques a serem feitos no referido documento.

Com essas considerações, reforça-se que a *instalação do sistema de geração de energia solar fotovoltaica*, objeto da eventual contratação, deverá iniciar-se pelas unidades das Zonas Eleitorais do interior que já possuem sede própria e, em sendo viável economicamente, considerando o lapso temporal de um quinquênio, seja instalada nas unidades da Capital, de modo que mesmo havendo mudança de sede possa ser aproveitada a fonte geradora de energia em prol da Justiça Eleitoral de Rondônia, evitando-se assim aplicação de recursos financeiros desnecessários.

Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da aquisição do objeto para atender as demandas deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018:

1 – Ratifico a aprovação do ETP (0952478) e, aprovo o Termo de Referência nº 5/2023 - ASSENGE (1002730), porquanto possuem os elementos essenciais definidos no [art. 3º, IV e XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019](#);

2 - Ratifico a aprovação do valor estimado constante da informação conclusiva de evento 0952496, em cumprimento ao item 21.3 do Anexo II da [Resolução CNJ n. 215/2015](#) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

3 – Autorizo a licitação na modalidade pregão, em sua **forma eletrônica**, do tipo menor preço para o lote único, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e no art. 1º, § 1º do Decreto nº 10.024/2019;

4 – Autorizo a utilização do sistema de registro de preços, sem divulgação da intenção de registro de preços, em razão das justificativas constantes do item 4.6 do TR, com fulcro no [inc. II do art. 15 da Lei n. 8.666/93](#) c/c [art. 4º do Decreto 7892/2013](#), e adotado no âmbito deste Tribunal pela [Resolução n. 01/2006 do TRE-RO](#);

5 – Ratifico a determinação relativa à inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's para o futuro certamente, haja vista que o valor estimado da contratação excede o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Também, **não será aplicada** a reserva de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

cota, com fundamento no art. 49, III, da LC 123/06 e pelo art. 10, II, do Decreto n. 8.538/2015;

6 – Ratifico a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, consoante itens 7 e 7.2 do Termo de Referência ([0972706](#)); e

7 – Determino a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, disponibilizando-os apenas após a fase de lances, nos termos do [art. 15 do Decreto nº 10.024/2019](#), uma vez que não se trata de critério de julgamento pelo maior desconto.

À SAOFC para a continuidade, com vistas à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 30/05/2023, às 17:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1012769** e o código CRC **9D429836**.

0002507-03.2022.6.22.8000

1012769v41



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000753-26.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Assessoria de Engenharia - ASSENGE

ASSUNTO: Análise recursal – Empresas Recorrentes: NOBREGA & ASSIS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA e SGP ENGENHARIA LTDA. Pregão Eletrônico SRP n. 06/2023 - Homologação - Contratação de empresa de engenharia para o fornecimento e instalação de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On-Grid.

DECISÃO Nº 1 / 2023 - PRES/DG/GABDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Assessoria de Engenharia (ASSENGE), visando a eventual contratação de empresa de engenharia para executar serviços de fornecimento e instalação de Sistemas de Microgeração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede (tipo On-Grid) nos imóveis da Justiça Eleitoral em Rondônia, via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades deste Tribunal no tocante à alocação eficiente de recursos energéticos e a preservação do meio ambiente ([0886759](#)).

Após a realização do certame, vieram os autos para análise e homologação do Pregão Eletrônico n. 06/2023.

Publicado o Edital de Pregão Eletrônico n. 06/2023 ([0989252](#)), houve dois pedidos de esclarecimentos devidamente respondidos ([0993451](#) e [0993454](#)), dos quais um resultou em suspensão de certame ([0993873](#)).

Depois de alterado o Termo de Referência a segunda minuta de Edital foi convertida no Edital de Pregão Eletrônico n. 6/2023 ([1019881](#)), que teve seu extrato publicado no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral.

Em relação à primeira publicação houve dois pedidos de esclarecimentos devidamente respondidos ([0993451](#) e [0993454](#)), dos quais um resultou em suspensão de certame;

Houve uma impugnação ao edital. Todavia, como a licitação já havia sido suspensa, a impugnação foi recebida como informação e encaminhada à unidade técnica-demandante para conhecimento ([0993459](#)).

Em relação à segunda publicação, houve um pedido de esclarecimento devidamente respondido ([1025613](#)); e uma impugnação ao edital julgada improcedente ([1025862](#)).

Para instrução do processo, o Pregoeiro trouxe os seguintes documentos: a) pedido de esclarecimento manejado pela empresa Ourolux Comercial LTDA, CNPJ sob o n. 05.393.234/0001-60, respondido pelo Pregoeiro com apoio da unidade técnica por meio dos eventos n. [1025613](#) e n. [1024594](#); b) impugnação avariada no dia 26/06/2023 pela empresa Mvo Soluções em Engenharia LTDA, CNPJ 50.625.712/0001-74 ([1025862](#)), julgada improcedente pelo Pregoeiro ([1025862](#)); c) relatório de propostas – Comprasnet ([1026513](#)); d) propostas e documentos de habilitação das licitantes juntados nos volumes IV e V do processo; e) ata do Pregão Eletrônico ([1032288](#)); f) intenção de recurso e suas razões interpostas pelas empresas NOBREGA & ASSIS SERVIÇOS DE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ENGENHARIA LTDA e SGP ENGENHARIA LTDA ([1036246](#) e [1036248](#)); g) Contrarrazões apresentadas pela VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA. (1036294); h) Manifestação do pregoeiro, julgando improcedente os recursos mencionados ([1037721](#) e [1037722](#)). Por fim, juntou o Relatório n. 44/2023 – PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([1037734](#)), expondo as principais ocorrências do certame.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitada a licitante VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA.

Na fase recursal, houve 3 (três) registros de intenção de recurso, conforme consta na Ata do Pregão ([1032288](#)). Entretanto, apenas as licitantes NOBREGA & ASSIS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA e SGP ENGENHARIA LTDA apresentaram suas razões recursais.

Em síntese, a empresa NOBREGA & ASSIS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA ataca a decisão que habilitou a licitante vencedora VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA., pelo não atendimento aos requisitos de habilitação técnica ([1036246](#))

Por sua vez, a empresa SGP ENGENHARIA LTDA sustentou que a empresa vencedora descumpriu as normas do edital, em especial, a não apresentação da CERTIDÃO DE FALÊNCIA, do ATESTADO e ACERVO, a potência nominal mínima de 250 KVA para o Posto de Transformação Trifásico (1036248).

Nas suas contrarrazões, a licitante vencedora defendeu que as peças recursais das recorrentes não sejam conhecidas e no mérito INDEFERIDAS INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos em suas razões (1036294).

O Pregoeiro conheceu dos recursos, uma vez que tempestivos e adequados. Contudo, no mérito, com apoio técnico da unidade demandante, manteve a decisão atacada e manifestou-se pela improcedência dos recursos (habilitação da licitante vencedora). Assim, não houve juízo de retratação (1036505, 1037721, 1037722).

Por sua vez, a Assessoria Jurídica da AJSAOFC opinou pelo conhecimento dos recursos e pela sua improcedência, com manutenção da decisão do Pregoeiro; pela adjudicação do objeto do lote único em favor da licitante VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA; e pela homologação do certame, com fundamento no art. 4º, inciso XXII, da Lei n. 10.520/02, com devolução dos autos ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no DOU e DJE, com juntada do comprovante nos autos ([1038079](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

É o necessário relatório. Passo a análise dos recursos.

Preliminarmente, verifica-se que as recorrentes participaram do certame, caracterizando o seu interesse. Os recursos foram apresentados tempestivamente e na forma prevista no edital, assim, deles conheço.

No mérito, verifica-se que as razões da recorrente não merecem prosperar, pois são insuficientes e infrutíferas.

Como relatado, a licitante NOBREGA & ASSIS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA dispõe que a licitante vencedora não teria atendido os requisitos de habilitação técnica, registrando, em síntese, o seguinte ([1036246](#)):

"Sem mais delongas, requer a inabilitação da licitante recorrida VOLTBRASIL ENERGIA RENOVAVEL LTDA pois não atendeu aos itens 9.3.1. b), b1, b2, b3 por falta de atestado operacional quem comprove execução de subestação, apresentou CAT's irregulares e sem registro de atestado bem como uma suspeita de falsificação na confecção do atestado JEDA, ainda nos itens 9.3.2. a), a3 por não apresentar contrato de prestação de serviços do profissional técnico responsável pela empresa e o item 19.6 que é vedada inclusão de documentação posterior que deveria constar originariamente na proposta ou na habilitação, motivos em que, pede-se a inabilitação dos mesmos para que um licitante que esteja realmente certo e seguiu todas as regras do certame seja declarada como vencedora. Aguarda-se deferimento."

Compulsando a manifestação da unidade técnica demandante ([1036505](#)), verifica-se que as regras editalícias foram cumpridas na medida em que as certidões de acervo técnico (CAT) e as anotações e registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) foram emitidas pelo conselho de fiscalização em nome dos profissionais vinculados aos atestados, conferindo autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes ([1030838](#) e [1032171](#)).

Quanto ao recurso da licitante SGP ENGENHARIA LTDA ([1036248](#)), essa, em síntese, ataca a decisão que habilitou a licitante vencedora VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA, pela suposta não apresentação de documentação exigida no Edital, bem como afirma que o pregoeiro teria ferido as determinações legais e editalícias, tendo em vista que aceitou a inclusão de documentação posterior à diligência.

Nas suas contrarrazões, a licitante vencedora VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA ([1036294](#)) registra que o edital prevê no seu item 10.3 e seus subitens que havendo erro, falha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ou eventual necessidade de complementação da documentação do edital quando verificado pelo pregoeiro, poderá ser suprimido através de função PRÓPRIA do sistema Comprasnet denominada de CONVOCAR ANEXO, o que de fato foi feito e adequado. No item 8.9 e seguintes do edital, de forma complementar esclarece ainda que a critério do pregoeiro que vendo a necessidade de complementação de documentação, poderá o fazer.

Com efeito, de acordo com o edital, o fato de os documentos de habilitação deverem ser apresentados quando do cadastramento de proposta não impede que o Pregoeiro solicite documentação complementar. Aliás, constitui dever do Pregoeiro efetuar diligências que visem sanar erros ou falhas que não comprometam a proposta ou modifiquem a habilitação. Ademais, tal previsão, assim como o ato praticado pelo Pregoeiro, encontra amparo na jurisprudência do TCU, como no Acórdão n. 988/2022 - Plenário citado pelo Pregoeiro na linha do recente do paradigmático Acórdão n. 1211/2021 - Plenário.

Dessa forma, agiu corretamente o Pregoeiro ao rejeitar em sua análise as alegações das empresas recorrentes. Conclui-se, portanto, que todas as decisões tomadas pelo pregoeiro foram pautadas em critérios técnicos, avaliando todas as razões do recurso, com suporte em normas pertinentes ao assunto, não merecendo reforma.

Além disso, em que pese o descontentamento via recursal, verifica-se, de modo geral, que no certame foram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e à Lei n. 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018:

a) CONHEÇO DOS RECURSOS interpostos pelas empresas NOBREGA & ASSIS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, CNPJ n. 24.995.315/0001-84, e SGP ENGENHARIA LTDA, CNPJ n. 34.475.260/0001-35, e no MÉRITO NEGO-LHES PROVIMENTO, mantendo inalterada a decisão do Pregoeiro em todos os seus fundamentos;

b) ADJUDICO o item único em favor da licitante VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA CNPJ n. 26.795.225/0001-75, face a improcedência dos recursos interpostos; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO n. 06/2023, com fundamento no art. 4º, inciso XXII, da Lei n. 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([1032288](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à ASLIC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

À Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 10/08/2023, às 16:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1040678** e o código CRC **1CD87971**.